
**O SOCIALISMO É UMA SOCIEDADE
GERIDA CIENTIFICAMENTE**

O SOCIALISMO É UMA SOCIEDADE GERIDA CIENTIFICAMENTE

O presente texto visa fornecer alguns elementos de reflexão acerca da gestão científica da Sociedade, considerando tal problema sob o ângulo da auto-regulação dos sistemas complexos.

O Estado é um sistema regulador da Sociedade, que visa efectuar um determinado nível de controle dessa mesma sociedade.

Ora que os processos de regulação e de controle devam ser feitos de acordo com leis objectivas e científicas é uma asserção óbvia para os cientistas do mundo físico, embora não seja ainda prática corrente entre os nossos cientistas sociais à excepção dos economistas.

A prática da economia vem-se consciencializando de que as suas intervenções devem ser feitas de acordo com leis científicas, respeitando o comportamento do sistema económico, sob pena de redundarem num fracasso eventualmente contraproducente.

Os políticos, no entanto, estão longe de pensar do mesmo modo. E, embora lhes esteja confiada a direcção do sistema regulador máximo da Sociedade na sua globalidade, muito haverá ainda que lutar até que aceitem que o comando de tal sistema se deve efectuar de acordo com regras apuradas de conduta científica. Pois que, na sua grande maioria, os nossos políticos estão ainda convictos de que a governação do País se deve orientar preferencialmente de acordo com regras empíricas de senso comum, ponderação das forças se não de puro «faro político».

Não será nunca demais insistir na necessária rejeição destas concepções olfactivas e quejandas do processo político.

O aparelho estadual deve ser gerido cientificamente, por isso que sistema algum produz resultados satisfatórios quando conduzido com base em meras conjecturas e princípios intuitivos.

Nenhum economista consciente aconselhará a elevação da taxa de desconto bancário para um limite dado por puro e simples palpite de que tal medida vai alcançar um determinado efeito salutar; do mesmo modo, será desejável que qualquer plano de intervenção política não seja deixado à inspiração providencial de qualquer personagem de ocasião.

Se sob o capitalismo a gestão não científica da sociedade é apenas mais um elemento da irracionalidade global do sistema, na sociedade socialista,

pelo contrário, é imperativo que a planificação da gestão obedeça a critérios de natureza científica.

De facto, na sociedade capitalista, se bem que desde há alguns decénios se venham desenvolvendo estudos de técnicas gestionárias de carácter científico, a gestão na sua globalidade visa um objectivo essencialmente anti-científico de contradição activa das leis de desenvolvimento da sociedade, e repousa no carácter antitético da relação economia de mercado/planificação.

Para além disso, não será redundante afirmar que, mesmo quando recorram a técnicas sofisticadas, as forças gestionárias do capitalismo visam manter essencialmente a propriedade privada e os traços essenciais do sistema capitalista, nomeadamente a multiplicação da mais-valia mediante a exploração da classe trabalhadora.

Estes aspectos são típicos no estágio do capitalismo imperialista, onde apresentam certas características peculiares. O capitalismo chegado ao seu estágio imperialista conduz às portas da socialização integral da produção, embora a apropriação se mantenha privada. A elevada concentração do capital, simultaneamente com a sua propagação através das sociedades por acções, o carácter intrincado da divisão social e internacional do trabalho, geraram uma excessiva complexidade do processo produtivo, a qual passa a implicar o trabalho de técnicos especializados nos domínios do «management» empresarial e da automatização.

A participação destes técnicos gestores não exclui que a verdadeira direcção do sistema continue a pertencer aos proprietários do capital. Os «managers», por mais expeditos que pareçam no seu labor e por maior autonomia que tenham ou reclamem, não deixam de estar ao serviço dos donos dos meios de produção, administrando em seu nome e exclusivo benefício.

A complexização do processo produtivo capitalista e a ocorrência cíclica das suas crises estruturais são pura e simplesmente insolúveis fora do quadro de um apertado intervencionismo estatal, pois é na livre concorrência que reside precisamente uma das causas da disrupção crescente do sistema.

O intervencionismo estatal visa portanto implantar um mecanismo de auto-regulação, na tentativa de conciliar a sobrevivência do padrão estrutural capitalista com a prossecução dos objectivos finais do sistema, dentro de uma trajectória sem grandes desequilíbrios.

Ora tal pretensão é insustentável, por isso que a gestão do capitalismo visa primordialmente contrariar de modo activo as leis do desenvolvimento social que apontam no sentido da socialização das relações produtivas.

Além disso, em certos contextos, a compatibilização do intervencionismo estatal com a iniciativa privada no quadro-base de uma economia de tipo capitalista pode gerar situações insustentáveis. Esse facto é particularmente visível entre nós, dado o carácter indefinido do actual panorama político-económico, da programação em curso e do carácter transicional do sistema vigente.

As sucessivas crises do capitalismo tem demonstrado que a auto-regulação da Formação Sócio-Económica capitalista (FSE) não é inevitável,

podendo suceder que tal sistema atinja frequentemente pontos de desregulação e de desequilíbrio ao longo da sua trajectória histórica.

Uma forma de desregulação pode ocorrer quando as forças desagregadoras do sistema não sejam compensadas pelas forças que visam lutar contra tal disrupção.

Uma forma de desregulação, por exemplo, pode resultar do aumento excessivo da procura ecológica, dado o carácter finito dos recursos existentes. Esta circunstância vem sendo ponderada e sujeita simultaneamente a forte crítica desde a formulação do programa de «crescimento zero» como via para obviar ao «crescimento exponencial» da população, produção industrial, consumo alimentar, matérias-primas e poluição.

A desregulação da FSE, sobretudo quando analisada à luz deste referido conceito de aumento exponencial da procura ecológica, tem feito surgir posições ideológicas que defendem a implantação de uma sociedade estável como condição única para a sobrevivência do sistema. A este propósito vem-se considerando ser necessário que o capitalismo evolua, passando de uma sociedade expansionista para uma sociedade estável, já que o processo de crescimento contínuo é altamente disruptivo, e a ecoesfera, considerada como sistema finalizado e estável efectuará mudanças necessárias para enfrentar o meio ambiente, auto-regulando a sua trajectória em termos de maximizar a sua organização para enfrentar a entropia positiva que acelera o seu percurso desorganizador.

Este tipo de esquema é suposto aplicar-se analogicamente aos sistemas sociais.

Ora como acaba de ver-se todo o busflis da questão reside em saber se a ecoesfera está ou não privada da sua capacidade de auto-regulação em virtude da política desagregadora dos recursos naturais e de destruição ambiental que vem sendo feita sob o capitalismo. Porque — a ser verdade que tal auto-regulação já não subsiste — haverá que aguardar apenas que a crise inevitável gere um ponto de desequilíbrio tal que signifique a destruição da própria FSE capitalista. Ora isso é um evento não negligenciável quando se chega a um ponto próximo da exaustão de matérias-primas essenciais à industrialização.

Ora nesta matéria não são permitidas conclusões lineares por isso que tanto a ecoesfera como a própria FSE são sistemas excessivamente complexos e de comportamento probabilístico (').

(') A abordagem da teoria geral dos sistemas — que subjaz ao presente texto — é hoje usual nas ciências humanas, pois que (*Oran Young*, p. 33) a teoria dos sistemas proporciona uma fonte de conceitos e modelos operacionais que promete muito em relação à operacionalização empírica, acontecendo por outro lado que «a atitude potencial da teoria dos sistemas gerais na padronização da terminologia, codificação de dados e armazenamento das informações, é altamente revelante para alguns problemas importantes de análise empírica. Mas, acima de tudo, a comunicação e transferência de descobertas através dos canais de isomorfismos e dos sistemas articulados têm dado um verdadeiro impulso ao trabalho empírico» (*ibem*).

O carácter excessivamente complexo da FSE capitalista reside não só na multiplicidade dos seus elementos constitutivos mas também no conjunto elevado de inter-relações que se estabelecem entre tais elementos.

Como disse Afanasiev (p. 49) a sociedade capitalista compreende um complexo conjunto de subsistemas, diferentes (económico, sociopolítico, espiritual, etc.), cada um dos quais é por sua vez complexo e multiforme, tanto no sentido estrutural como funcional, e constitui assim um conjunto de formações integrais com um grau distinto de complexidade e de organização. Mais sucede que entre os subsistemas existem relações de coordenação e de subordinação cuja base é o modo de produção dos bens materiais.

Aliás como nota Buckley (p. 75) à medida que progredimos dos níveis orgânicos e sociocultural, os componentes que estão inter-relacionados apresentam-se cada vez mais complexos na sua própria organização, cada vez mais instáveis e sujeitos a mudança por efeito de pequenas forças e mais fundamentalmente alteráveis pelo funcionamento do sistema de que fazem parte.

A FSE é basicamente uma rede hierarquizada de sistemas abertos⁽²⁾ em contínua inter-relação, de tal modo que entre eles se verifica um verdadeiro «encaixe» pois que um sistema pode sempre, de certo modo, ser considerado um subsistema.

Aliás, como salienta H. A. Simon, a subdivisão hierárquica não é uma característica meramente peculiar das organizações humanas, sendo comum a todos os sistemas complexos conhecidos, sucedendo que os referidos sistemas complexos são geralmente hierarquizados pois que isso implica uma grande economia de informação. De facto, a inexistência de hierarquização implica que cada membro da organização tenha que estar informado acerca do comportamento dos restantes membros.

(2) Uma classificação da complexidade dos sistemas pode ver-se em S. Beer (pp. 28 e seguintes) para quem os sistemas poderão classificar-se em simples, complexos e excessivamente complexos. Ashby, salientando que «a cibernética oferece um método para o tratamento científico do sistema em que a complexidade é saliente e demasiado importante para ser ignorada» (1.7.) sugere que «para estudar os sistemas complexos, não só devemos tornar os métodos complexos como devemos simplificar os sistemas» (6. 13.) e oferece como medida da complexidade de um sistema, o número de componentes de um vector (4. 17.) sucedendo que o tratamento de um sistema complexo não exige que se façam todas as distinções possíveis (6. 14.).

(3) Nos sistemas abertos, além das relações no interior do sistema, este mantém trocas com o meio exterior em que se encontra inserido. Os sistemas abertos têm duas características peculiares (Bertalanffy) que se resumem em dois conceitos: a) equifinalidade, nos termos da qual um estado final pode ser atingido a partir de estados iniciais distintos; b) neguentropia — pela qual a tendência disruptiva do sistema pode ser contrariada pela importação de entropia negativa, resultante das trocas do sistema com o exterior. Os sistemas socioculturais (Buckley) são abertos e neguentrópicos.

(4) A inteligência, no sentido simoniano, análogo ao que é utilizado na conceptualização militar, é uma noção que se reporta à actividade de procura de condições ambientais para uma decisão.

A existência de uma hierarquização dos subsistemas abertos da FSE vem complicar a tarefa dos analistas, porquanto estes passarão a ter que dominar as regras de comportamento dos componentes da árvore hierárquica que é o todo, sendo-lhes por outro lado imposto o desenho de correspondentes organizações hierarquizadas no campo da gestão económica e social já que — na expressão de H. A. Simon — a hierarquia é a forma adaptativa que a inteligência finita assume em presença da complexidade.

Mas para além de excessivamente complexa, a FSE tem um comportamento probabilístico, o que dificulta qualquer previsão sobre o seu comportamento.

O carácter probabilístico de um sistema não supõe que ele não seja finalizado, como sucede com os sistemas socioculturais e nomeadamente considerando os subsistemas políticos.

De facto, para atingir um objectivo dado, um Governo deve conduzir-se de acordo com informação relativa à posição efectiva em que se encontra face a esse objectivo, à distância restante a vencer para alcançá-lo e aos resultados reais dos avanços ou tentativas de aproximação.

A prossecução de uma trajectória dada supõe assim que o sistema esteja dotado de um mecanismo de colheita, memorização e transmissão de informação.

No caso dos sistemas socioculturais sob o capitalismo, porém, os circuitos de comunicação encontram-se obstruídos pela decorrência da própria lógica do sistema. Na expressão feliz de Norbert Wiener:

Em toda a parte surge uma tripla constrição dos meios de comunicação: a eliminação dos meios menos lucrativos em favor dos mais lucrativos; o facto de esses meios ficarem nas mãos de um número muito limitado de homens abastados e expressarem deste modo as opiniões dessa classe, e além disso o facto de serem uma das principais vias para o poder pessoal e político atraindo acima de tudo os sequiosos de tal poder. Aquele sistema que, acima de todos deveria contribuir para a homeostase social é atirado directamente para as mãos dos mais interessados no jogo do poder e do dinheiro, os quais constituem um dos principais elementos anti-homeostáticos na comunidade. Não é de admirar, pois, que as grandes comunidades sujeitas a esta influência disruptiva contenham uma quantidade bem menor de informação comunalmente disponível do que as comunidades mais reduzidas, isso para não falar dos elementos humanos de que todas as comunidades são constituídas. *Tal como a alcateia de lobos, embora em menor extensão, esperamos, o Estado é mais estúpido do que a maioria dos seus componentes (Cibernética, p. 204).*

A capacidade auto-adaptativa de um sistema assume hoje cada vez mais importância, o que é particularmente revelante nos sistemas de defesa, que poderão ser chamados ao desempenho de missões e tarefas com recursos que foram projectados para outras finalidades.

O Socialismo veio neste campo introduzir as condições políticas necessárias para que a auto-regulação do eco-sistema se efectue coerentemente, lançando as bases para uma correcta modelização social e para uma planificação global da sociedade, se bem que, tal qual afirma Norbert Wiener no

seu minúsculo mas riquíssimo «*Deus, golem & C.^ª*», a homeostase permanente da sociedade não possa ser levada a efeito com fundamento na presunção rígida de uma permanência integral do marxismo, nem possa ser alcançada com base numa presunção similar inerente do conceito padronizado de livre empresa e intuito lucrativo (p. 85) (*).

A planificação usual, polarizada na relação entre meios e fins, tem ignorado ou menosprezado a complexidade das relações que caracterizam o sistema social. «Assume este como se fosse um todo homogéneo, quando, na verdade, se trata de um complexo de elementos diversificados, com suas leis próprias de funcionamento e dispondo-se no conjunto por forma a manterem no seu interior, entre si, e com o exterior relações significativas, persistentes e de validade geral» (Manuela da Silva, p. 262).

As contradições da sociedade de transição em que actualmente vivemos, potenciam o percurso histórico em direcção ao socialismo, o qual nos surge no presente cenário político com uma forte probabilidade histórica de ocorrência a médio prazo.

Ora esta circunstância mais acentua a ingente necessidade de formação dos quadros do futuro socialismo, formação que deve postular os princípios que vimos expostos neste texto.

A gestão científica da sociedade requer antes de mais um profundo conhecimento da sociedade e das suas leis de evolução histórica, tal qual as descrevem as actuais ciências humanas; mas requer igualmente uma grande familiarização com as técnicas modernas de gestão.

Tudo isto é incompatível com o empirismo e com o pragmatismo que reinam ainda nos quadros políticos da nossa sociedade, muitos dos quais têm uma formação teórica centrada em exclusivo no campo jurídico e tendencialmente reduzem a problemática política a uma questão de elaboração de uns tantos decretos-leis.

Dadas as peculiaridades dos sistemas socioculturais, os métodos heurísticos serão parte fulcral desse currículo, por isso que estamos em presença de situações para as quais não existem soluções algorítmicas (*) e em que as decisões não programadas assumem papel essencial.

(*) A superioridade do Socialismo poder-se-à aferir à luz dos conceitos expostos por Karl Deutsch e levando pois em conta que as probabilidades de êxito na prossecução de uma dada finalidade política está na razão inversa das quantidades de *carga* e de *atraso*, havendo relações directas com a *antecipação* e com o *ganho*. Assim considerando como carga «em termos de informação a extensão e mudanças de posição do alvo relativamente ao sistema de busca de objectivos», é demonstrável que num sistema de economia planificada, o *atraso* face a uma *carga* elevada é muito reduzido, dada a economia de informação, ocorrendo por outro lado uma eventualidade de *antecipação* com susceptibilidade de ganho imediato. Tudo isto será de grande utilidade no caso de um sistema com *output* amplificado por uma retroacção positiva elevada tal como entre nós sucede no que respeita ao desequilíbrio da balança de pagamentos e à rarefacção dos meios de pagamento.

(*) A solução algorítmica supõe um sistema de regras de transformação, na base das quais certas grandezas dadas (*input*) podem ser transformadas em soluções (*output*).

Mas o traço essencial dessa formação, residirá ainda na necessidade de criação de «generalistas científicos» que, segundo Bertalanffy, assentarão a sua educação num espírito interdisciplinar, sucedendo que a teoria geral dos sistemas pode funcionar com o travejamento para essa síntese interdisciplinar e para uma educação integrada, que signifique a revisão do próprio pensamento sobre os factos.

Pois, com razão diz C. West Churchman (p. 23) «quando se adia por um tempo demasiado longo o pensamento a respeito de alguma coisa, pode não ser possível pensar de todo adequadamente acerca dela».

José António Barreiros
Advogado

REFERÊNCIAS

1. LÉNINE, *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme, Oeuvres*, tomo 22, Ed. Sociales et Ed. Moscou, 1973.
2. V. G. AFANASIEV, *Dirección científica de la sociedad*. Editorial Progreso, Moscou, 2.ª ed., 1975.
3. GUY PELACHAND. *O crescimento zero: ideologia e política*. Revista Internacional n.º 6/1975, pp. 101-109.
4. THE ECOLOGIST, *A Blueprint for Survival*, Penguin, 1973.
5. WALTER BUCKLEY, *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*, Ed. Cultrix, São Paulo, 1961.
6. W. ROSS ASHBY, *Introdução à cibernética*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1970.
7. STAFFORD BEER, *Cibernética e Administração Industrial*, Zahar, Rio de Janeiro, 1969.
8. NATO, *Conference on cybernetic modelling of adaptive organizations*, Porto, 27/31 de Agosto de 1973.
9. EMERY (ed.) *Systems Thinking*, Penguin 1969.
10. MARIA MANUELA DA SILVA, *Análise sistemática, modelização social e planificação*, *Análise Social*, n.º 38, 1973.
11. H. A. SIMON, *Decision Making and Organizational Design*, em *Organization Theory*, Penguin Modern Management Readings.
12. NORBERT WIENER, *Cibernética*, 2.ª ed., Ed. Universidade de São Paulo e Ed. Polígono, 1970.
13. Idem, *Deus, Golem e C.*, Ed. Cultrix, São Paulo, 1971.
14. Idem, *Cibernética e Sociedade*, Ed. Cultrix, São Paulo, 1968.
15. KARL DEUTSCH, *Os Nervos do Governo*, Gloch Editores, Rio de Janeiro, 1971.
16. ORAN K. YOUNG, *Introdução à análise de sistemas políticos*, Zahar, 1970.
17. C. WEST CHURCHMAN, *Introdução à Teoria dos Sistemas*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1971.
18. JOSÉ ANTÓNIO BARREIROS, *O Direito ao Meio Ambiente*, em *Uns Contem os Figos*, Seara Nova, Lisboa, 1976.